

ANC 88
Pasta 24 a 30
Abril/87
121

1987 ABR 03

ANC - ECONOMIA
PA - 32

ES. PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO

Congresso deve controlar as políticas monetária e fiscal, defende Furtado

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Cultura, economista Celso Furtado, 66, defendeu ontem, na Subcomissão de Finanças do Congresso constituinte, a integração da política monetária (emissão de moeda e de títulos da dívida pública) com a política fiscal (a execução do orçamento do governo, com recursos da arrecadação de impostos). A proposta de autonomia do Banco Central na execução da política monetária é, para Furtado, "uma tese monetária ultrapassada".

A integração deve ser feita, segundo o ministro, através da votação e acompanhamento, pelo Congresso, de

um orçamento em bases reais (ou seja, prevendo uma taxa de inflação realista). Ele sugeriu que o Executivo submeta ao Congresso relatórios periódicos sobre a execução do orçamento fiscal.

Hoje a lei orçamentária é "uma impostura", segundo Celso Furtado. Na votação do orçamento é prevista uma taxa de inflação subestimada, de modo que o déficit do governo escapa ao controle, sendo coberto através da emissão de moeda ou títulos, sem a aprovação do Congresso. "A definição da política monetária tem de ser feita pelo Congresso. É uma ilusão pensar que as autoridades monetárias podem controlar os ex-

cessos do Tesouro. Essa é uma tese superada", disse Furtado.

Barelli

O economista Walter Barelli, 48, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), apresentou à subcomissão propostas de normas constitucionais para o funcionamento do mercado financeiro. Pelas propostas de Barelli, os diretores e o presidente do Banco Central deverão ser aprovados pelo Congresso.

Barelli propôs também que uma lei federal estabeleça que o funcionamento do mercado financeiro seja subordinado aos "interesses sociais".